



**Procedimento concursal para provimento do cargo de Direção Intermédia de
2.º grau – Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento e
Desenvolvimento Económico e Social**

(Ata da reunião do Júri - Definição dos critérios de seleção, ponderações e
classificação final)

ATA N.º 1

1. Aos nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, pelas 10 horas, reuniu o Júri do procedimento concursal para provimento do cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau – Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento, Desenvolvimento Económico e Social, aberto por deliberação camarária de 17 de abril de 2026, tendo a constituição do júri sido aprovada por deliberação da Assembleia Municipal no dia 25 de abril de 2026:

Presidente: Paulo José Gomes Monteiro Praça, Diretor Geral da Resíduos do Nordeste, EIM, S.A. que será substituído pelo que lhe suceder nas suas faltas ou impedimentos;

1.º Vogal Efetivo: Manuel António Alves Miranda, Secretário-Geral da Associação de Municípios da Terra Quente Transmontana;

2.º Vogal Efetivo: João Manuel Campos Rodrigues, Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal – Comunidade Intermunicipal do Douro;

2. A reunião teve por objetivo tomar as decisões necessárias à especificação e concretização dos critérios de apreciação dos métodos de seleção a utilizar, estabelecer as respetivas ponderações e tabelas de pontuação e definir a fórmula da classificação final a aplicar no procedimento de recrutamento em causa, tendo em conta a legislação vigente. Assim, face ao disposto no n.º 1 do artigo 20.º e no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, foi deliberado o seguinte:

a) Admitir as/os candidatas/os titulares de uma relação jurídica de emprego público nas modalidades de nomeação ou de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam um mínimo de quatro anos de experiência profissional em funções,

funcional do cargo a prover. Relativamente a este parâmetro, apenas se considera a formação profissional certificada diretamente relacionada com a área/conteúdo funcional a recrutar, devidamente comprovada, obtida nos últimos 10 anos anteriores à data da publicação do aviso de abertura na BEP, a qual será contabilizada em horas e até ao máximo de 20 valores, da seguinte forma:

- Participação em formação profissional de relevante interesse para o cargo a prover com duração inferior a 50 horas - 12,00 valores;
- Participação em formação profissional de relevante interesse para o cargo a prover com duração igual ou superior a 50 a inferior 150 horas - 14,00 valores;
- Participação em formação profissional de relevante interesse para o cargo a prover com duração igual ou superior a 150 horas - 16,00 valores;
- Participação e conclusão com aproveitamento de formação profissional especializada/pós-graduação/MBA de relevante interesse para o cargo - 18,00 valores;
- Participação e conclusão com aproveitamento de curso destinado a dirigentes intermédios ou superior (GEPAL - Curso de Gestão Pública na Administração Local, SADAL - Seminário de Alta Direção em Administração Local, CEFADAL - Curso de Estudos e Formação para Altos Dirigentes da Administração Local, entre outros) - 20,00 valores.

Os valores não são cumulativos, pelo que no caso de presença de dois ou mais itens, atribuir-se-á o valor correspondente ao item mais elevado. Apenas são consideradas ações comprovadas por certificado ou diploma. Sempre que no respetivo certificado não conste a duração da formação, considerar-se-á que cada dia de formação é equivalente a sete horas e cada semana a cinco dias.

As ações de formação cujos certificados/diplomas não mencionem a data de realização da formação não serão consideradas.

3. Experiência Profissional (EP): Com este fator pretende-se determinar a qualificação dos candidatos para o cargo, ou seja, o grau de adequação entre as funções/atividades já exercidas e o conteúdo funcional do cargo a prover, com ênfase no exercício efetivo de funções de chefia. Assim, avaliar-se-á a experiência profissional comprovada dos candidatos, através de documento oficial das respetivas entidades, dentro do prazo de candidatura, mencionando a experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias, as principais responsabilidades inerentes e o período a que se refere, nos seguintes termos: Experiência profissional em funções/cargo/carreiras para as quais seja exigível a posse de licenciatura:



- Orientação para a mudança e inovação;
- Orientação para os resultados;
- Análise crítica e resolução de problemas;
- Gestão e direção da organização;
- Liderança;
- Visão estratégica.

Será classificada de 0 a 20 valores e a avaliação resultará da média aritmética simples dos parâmetros considerados. Serão excluídos os candidatos que não comparecerem à entrevista pública. Aquando da realização da entrevista pública, é obrigatório a exibição do respetivo cartão de cidadão.

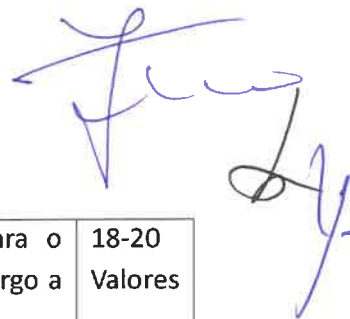
Tendo em consideração o complexo de tarefas e responsabilidades inerentes ao cargo posto a concurso, o Júri deliberou adotar os seguintes fatores de apreciação, estabelecendo o que visa avaliar em cada um deles:

- a) **Capacidade analítica e crítica e fundamentação das decisões (CFD):**
Pretende avaliar a capacidade de análise crítica e de fundamentação das decisões do/a candidato/a, face às questões que lhe são apresentadas.

Compreenderá os seguintes níveis de avaliação:

Excelente	Quando demonstre excelente capacidade de análise crítica e de fundamentação de decisões.	18-20 Valores
Muito Bom	Quando demonstre muito boa capacidade de análise crítica e de fundamentação de decisões.	15-17 Valores
Bom	Quando demonstre boa capacidade de análise crítica e de fundamentação de decisões.	13-14 Valores
Suficiente	Quando demonstre razoável capacidade de análise crítica e de fundamentação de decisões.	10-12 Valores
Insuficiente	Quando demonstre insuficiente capacidade de análise crítica e de fundamentação de decisões perante situações, apelando a uma deficiente capacidade de inovação na procura de soluções.	1-9 Valores

- b) **Competência técnica e conhecimento das atividades municipais (CT):**
pretende avaliar o conhecimento da função, bem como a competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, por a mesma representar um fator decisivo no desempenho do respetivo cargo. Compreenderá os seguintes níveis de avaliação:



Excelente	Quando demonstre excelente nível de motivação para o exercício de funções dirigente na área de atuação do cargo a prover.	18-20 Valores
Muito Bom	Quando demonstre muito bom nível de motivação para o exercício de funções dirigente na área de atuação do cargo a prover.	15-17 Valores
Bom	Quando demonstre bom nível de motivação para o exercício de funções dirigente na área de atuação do cargo a prover.	13-14 Valores
Suficiente	Quando demonstre razoável nível de motivação para o exercício de funções dirigente na área de atuação do cargo a prover.	10-12 Valores
Insuficiente	Quando demonstre insuficiente nível de motivação para o exercício de funções dirigente na área de atuação do cargo a prover.	1-9 Valores

A classificação em cada fator de apreciação resultará da média aritmética simples das pontuações atribuídas por cada um dos elementos do Júri.

A classificação a atribuir a cada candidato/a na entrevista pública resultará da média aritmética simples de todos os fatores de apreciação ora estabelecidos.

Para o efeito, o Júri procedeu à elaboração de uma ficha de classificação que será utilizada na Entrevista Pública e cujo modelo se encontra anexo à presente ata da qual constitui parte integrante (Anexo II).

• **Classificação final (CF)** dos/as candidatos/as que completem o procedimento resultará da média aritmética ponderada das classificações quantitativas dos dois métodos de seleção, que será expressa na escala de 0 a 20 valores e será efetuada através da seguinte fórmula:

$$CF = AC (40\%) + EP (60\%)$$

sendo:

CF= Classificação final;

AC= Avaliação curricular;

EP= Entrevista pública.

O Júri procedeu à elaboração da ficha auxiliar de classificação final, que se encontra anexa à presente ata de que constitui parte integrante (Anexo III).

As deliberações do Júri foram tomadas por unanimidade.

O Júri findo o procedimento concursal, elabora a proposta de designação, com a indicação das razões por que a escolha recaiu no/a candidato/a proposto/a, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos/as, nos termos do n.º 6 do artigo



Anexo I - Ficha de Avaliação Curricular

Procedimento Concursal para provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau - Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento, Desenvolvimento Económico e Social

Nome do Candidato: _____

1.1. Habilitações académicas (HA)	Pontuação/ Critérios	
Lic. ou Lic. com Mestrado Integrado		17,00
Mestrado		18,00
Doutoramento		20,00
Total	Total	

1.2. Formação Profissional (FPG)	Pontuação/ Critérios	
Participação em formação Profissional de relevante interesse para o cargo a prover Com duração inferior a 50 horas		12,00
Participação em formação Profissional de relevante interesse para o cargo a prover Com duração igual ou superior a 50 horas e inferior a 150 horas		14,00
Participação em formação Profissional de relevante interesse para o cargo a prover Com duração igual ou superior a 150 horas		16,00
Participação e conclusão com aproveitamento de formação profissional Especialização/pós graduação/MBA de relevante interesse para o cargo		18,00
Participação e conclusão com aproveitamento de curso destinado a dirigentes intermédios ou superiores (GEPAL, SADAL, CEFAAL, entre outros)		20,00
Total		(valores)

1.3. Experiência Profissional	Pontuação/ Critérios	
Com comprovada experiência profissional em funções/cargo/carreira para as quais seja exigível a posse de licenciatura	Igual a 4 e inferior a 5 anos	10,00
	Igual a 5 e inferior a 6 anos	12,00
	Igual a 6 e inferior a 7 anos	14,00
	Igual ou superior a 7 anos	15,00

Anexo II - Ficha de Entrevista Pública

Procedimento Concursal para provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º grau
Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento, Desenvolvimento Económico e Social

Nome do/a candidato/a:

Factores de apreciação	Elementos do Júri	Pontuação (valores)					Classificação do fator de apreciação	Obs.
		Insuficiente	Suficiente	Bom	Muito Bom	Excelente		
		1-9	10-12	13-14	15-17	18-20		
Capacidade analítica e crítica e fundamentação das decisões (CFD)	A							
	B							
	C							
Competência técnica e conhecimento das atividades Municipais (CT)								
Expressão e fluência verbais (EFV)								
Motivação (M)								

Classificação da Entrevista Pública = (CFD+CT+EFV+M)/4

Classificação final da Entrevista Pública

Carrazeda de Ansiães de 2026

Presidente

António Barbosa

O Júri

1.º Vogal

Carla

2.º Vogal

fr

Anexo III - Ficha de Classificação Final

Procedimento Concursal para provimento do Cargo de Direção Intermédia de
2.º grau - Divisão de Contratação Pública, Aprovisionamento, Desenvolvimento
Económico e Social

Nome do/a candidato: _____

Classificação Final (CF)
CF = (AC*40%) + (EPS/60%)

AC	x	0,4
EPS	x	0,6
		CF

Carrazeda de Ansiães, de _____ de 2026

O Júri,

Presidente: _____

1.º Vogal: _____

2.º Vogal: _____